



Miranda



Milmanda

A Casa da Moeda da discórdia

Laulo Baptista



:: Fórum dos Numismatas ::

Pecunia Totum Circumit Orbem

Miranda ou Milmanda?

A Casa da Moeda da discórdia.

Há mais de um século que se vem tentando clarificar mais um dos polémicos casos com que se debate a Numismática, com grandes divergências de opiniões entre os colecionadores, que ainda hoje persistem, baseados na Crónica do Rei D. Fernando, por Fernão Lopes que, quando a escreveu por volta de 1436, e sobre as moedas deste reinado já à muito que elas estavam fora da circulação, ou seja, desde que D. João I, assumiu o trono como Regente em 1383. Gostamos de pegar nestes casos que colocam dúvidas aos numismáticos e tentar ver um pouco mais além, estudando-os para meu benefício pessoal, sem pretensões de transmitir a verdade absoluta a outros, pretendendo com estas linhas fazer um pouco mais de luz, contribuindo para que algo se possa acrescentar até que outros posteriormente lhe possam dar continuidade e completar.

Os trabalhos e as respostas que encontrei mais convincentes aos quais eu me junto, foi a de três grandes vultos da nossa cultura e da nossa história, tanto no ramo da arqueologia como no estudo da numismática, refiro-me ao grande professor que foi José Leite de Vasconcelos, cujos trabalhos se conhecem sobre as moedas cunhadas em Miranda ou Milmanda, por D. Fernando I, levando-o a escrever sobre a letra monetária com um **M** gótico, que primeiramente atribuiu a Miranda e mais tarde veio a corrigir com grande humildade, numa afirmação convicta de que a letra monetária **M** e **M - I** correspondem às moedas cunhadas em Milmanda; o segundo foi o grande historiador Joel Serrão, que no seu Dicionário de História de Portugal de 1975, 4 vol. ... “, diz ele***Depois de Teixeira de Aragão, foi José Leite de Vasconcelosde numismata e de professor. Foi ele quem descobriu que as moedas de D. Fernando, que se julgavam cunhadas em Miranda do Douro, haviam sido cunhadas em Castela, moedas de Milmanda, no capítulo que escreveu sobre o estudo económico da moeda...., P. 170,*** e por último, Ferraro Vaz, grande numismático que foi, autor de muita obra que temos ao nosso alcance neste ramo da Ciência, atribuindo no seu Livro das Moedas de Portugal, a Milmanda todas as moedas com **M** e **M - I**, que foram cunhadas aquando da 1ª Guerra iniciada em Junho de 1369, pela posse da coroa de Castela pelo nosso rei “Formoso”, face ao assassinato de Pedro o Cruel por seu irmão Henrique de Transtâmara, que veio a adoptar o título de Henrique II.

Partindo destas três afirmações que julgamos mais próximas da realidade, metemo-nos à tarefa, nada fácil sem facciosismo ou vaidade, de tentar convencer alguém que não aceite ou vá ao encontro do pensamento dos autores mencionados.

Comecemos por falar de Miranda do Douro, não nos vamos reportar à antiguidade, quem ler sua história encontra escritos que a transportam a tempos ancestrais e a sua importância nos primórdios da nacionalidade, sempre como zona estratégica desde o séc. XIII, fronteira com os reinos de Castela e Leão, encostada a Zamora (Samora - Çamora) do outro lado, umas vezes portuguesa, outras vezes ocupada pela investidas castelhanas-leonesas, mas sempre reconquistada para a coroa portuguesa.

Fixemo-nos então em Miranda nos finais do século XIV, e o seu papel nas guerras Fernandinas, entre Portugal e Castela, com D. Fernando a invadir a Galiza - 1369; não falemos das outras guerras que são posteriores ao Tratado de Alcoutim de 31 de Março de 1371, porque não tiveram influência na emissão das moedas que se cunharam mas também serviram para custeá-las e a prova é que foram encontrados na zona de Mértola encostado ao Guadiana, Torneses cunhados em Samora

Nas buscas efectuadas encontrámos um vazio na história de Miranda nos séculos XIV/XV dentro da coroa portuguesa, para que lhe possamos dar alguma importância militar na guerra e enquadrá-la naquilo a que pretendemos chegar, ao estudo da numismática no que concerne à Casa da Moeda que cunhou as Barbudas, os Graves, os Pilartes e os Torneses com a letra monetária **M** gótico mencionada por Fernão Lopes, Severim Faria, Aragão e Alberto Gomes, seguidores do primeiro, como se fossem lavradas nesta cidade (na altura vila).

D. Dinis mandou edificar-lhe o Castelo, fundando a vila em 1286, dando-lhe poderes eclesiásticos que vinham pertencendo à Sé de Astorga e se mantiveram até ao séc. XV sobre esta região e a de Bragança com influência na própria língua, o Mirandês e o Leonês que ainda hoje se mantêm vivas, os escritos na Monarquia Lusitana concluem que a vila demorou 4 anos a construir tendo-se prolongado as obras do Castelo por mais alguns anos, porque se sabe que D. Dinis passou por aqui em 1297 antes de se dirigir a Alcanices para assinar o Tratado, e as mesmas obras continuavam.

As terras de Trás-os-Montes, Bragança e Miranda pertenceram sempre à coroa portuguesa até ao reinado de D. Fernando altura em que o rei as deu como dote de casamento a Joana Teles de Meneses, irmã bastarda de D. Leonor de Teles, e João Pimentel.

As vilas de Miranda e Bragança ficaram em poder de Castela, logo no início das hostilidades, voltando à coroa portuguesa restituídas pela alteração do Tratado de Alcoutim em 1371, por incumprimento do nosso Rei. Em 1439, moravam em Bragança, somente 25 vizinhos no interior da vila, despovoada não só pelas guerras com Castela mas também devido aos surtos epidémicos (peste negra) que lastrava em Portugal e por toda a Europa, e Miranda não escapou a este desastre.

D. Dinis a enobreceu em 1286, D. Manuel I em 1501 deu-lhe novo foral, foi D. João III que lhe deu grandeza e o título de cidade com a sua Sé Catedral, em 1545, separando-a do bispado e diocese de Braga por se encontrar muito distante, não desempenhando o seu papel social e religioso o que deixava os habitantes bastante desgostosos e revoltados, já em número muito elevado, levando-os a fazer as queixas ao rei. É a partir desta data que Miranda passa a ter uma importância para a coroa com todo o seu desenvolvimento social e económico próprio na região e como defesa avançada na fronteira com o seu castelo a repelir as ameaças do reino de Castela Leão, defendendo sempre a sua integração com vigor no reino de Portugal.

D. Fernando quando invadiu Castela, em 16 de Junho de 1369 fê-lo em duas direcções, uma foi pela via marítima com 8 galés, mas segundo a Crónica de D. Henrique II de Castela.....”o Rey de Portugal avia mandado facer armada de doce galeas, é apercebi: todos os Fijos de Algo (Fidalgos) del su Regno....., que mandou seguir para a Corunha, e nas zonas por onde passaram, varreram todas as rias galegas até se

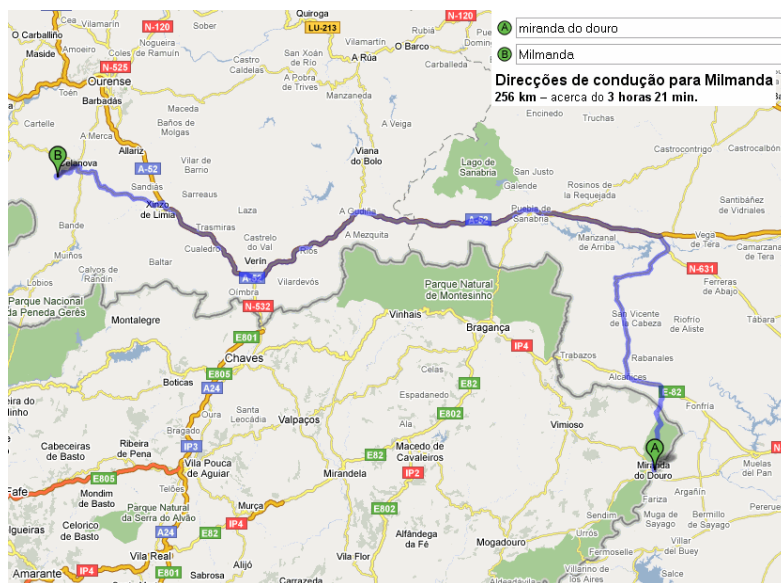
fixarem nesta cidade.” A outra via, D. Fernando seguiu por terra, entrando por Tuy, Arrocha (Galiza), Salvatierra do Miño e Baiona (actual província de Pontevedra), os cavaleiros portugueses de linhagem que comandavam os soldados dirigiram-se para a região de Orense, passando por Milmanda, Alhariz, Monterrey, Araujo e Ribadavia Cella Nova; Lugo e Rocha (Lugo), Santiago de Compostela, Corunha e Padrón (na Corunha) na leonesa Samora e Ciudad Rodrigo, e Lumbrales (na de Salamanca), mais a sul na Extremadura ocupou Alcântara e Valencia de Alcântara, na fronteira com Marvão e Castelo de Vide, e Carmona (Sevilha), e pelas vilas e terras por onde passaram os nossos soldados eram bem acolhidos pelos habitantes que se rendiam sem oposição.

Se apontarmos estratégias militares, dificilmente aceitaremos que D. Fernando tenha assentado a sua corte em Miranda como se diz, sem grandes condições para servir de comando a operações militares, dado o seu posicionamento geográfico, isolada, com caminhos sinuosos e carregados de penhascos e montes, sem estradas; e escrevia Fernão Lopes na Crónica de D. João I.....lentamente os técnicos militares e as populações iam compreendendo aquela realidade que o cronista se tinha apercebido na altura em que estava escrevendo, referia “a impossibilidade dos sitiados resistirem durante muito tempo às forças sitiadoras”; lembrar uma viagem descrita por J L Vasconcelos em 1883 em que descrevia as dificuldades da região com falta de estradas e as que existiam eram asfaltadas, tendo demorado 5 dias a atingir Miranda do Douro, depois de viagem bem atribulada, com saída do Porto. Por outro lado, a demografia e o povoamento era o mais reduzido possível face à peste que grassou em toda a Europa no século XIV e que Portugal não ficou de fora. No reinado de D. Fernando e continuado no de D. João I, iniciou-se o repovoamento do país nas zonas fronteiriças com a criação de coutos homiziadas, para onde eram enviados homens e mulheres que tinham condenação judicial com penas leves por pequenos delitos, com excepção dos incriminados por aleive (traição), fixando-os nas terras com determinadas regalias, porque os restantes habitantes que eram (escassos) tinham que estar sempre alerta para defesa da fronteira; no couto de Miranda tiveram os homiziados que fazer muros, velar e roldar e fazer reparos no castelo, registos encontrados de 1379, trabalhos que eram feitos até aqui pelos apaniguados do alcaide, dada a escassez de vizinhos.

Por estes textos se confirma que Miranda não podia ter condições para receber a corte e mantê-la em tempo de guerra, e muito menos estabelecer oficina para cunhar moeda de emergência, não esquecemos que se pode considerar moeda de emergência a que D. Fernando mandou lavrar para pagamento da guerra. Escreveu D. Fernando a Samora, intitulando-se “Rei de Portugal e do Algarve e da mui Nobre cidade de Samora“, cidade que estava localizada do outro lado da fronteira, a pouca distância, tendo enviado para ali fazer “moedas de seus signaes, d’ouro e prata e Graves e Barbudas em outros logares e poz nellas seus thesoureiros e officiaes, segundo ele cumpriam, os quaes dispendiam e davam por suas cartas e mandados aquellas moedas, que se então corriam por todo o reino de Portugal”.

Qual a vantagem, e interesse tinha o rei em se cunhar moeda para Miranda? Primeiro porque a cunhagem de moeda é sempre uma arma política agressiva e afirmativa, sinal de soberania contra os povos ocupados, sempre assim foi e Miranda era portuguesa não estando nessas condições, as moedas portuguesas, castelhanas e leonesas, desde Afonso Henriques que circulavam de um e de outro lado da fronteira, o intercâmbio comercial era feito entre os povos fronteiriços e aceite tacitamente pelos reinos vigentes, pela troca directa dos bens que cada um produzia, a moeda era praticamente inacessível aos

camponeses que tratavam a terra e criavam os seus animais que trocavam nas feiras. Para os soldados? Estes sim era necessário pagar-lhes o Soldo porque estavam em missão de guerra em terras de Castela, Fernão Lopes escreve no Cap. XXXI da Crónica que o pagamento aos soldados era de 30 Soldos por dia e os que não eram “àguisa” recebiam 20 Soldos e aos outros 15 Soldos, aquele que tinha o carregamento de pagar este Soldo pelos lugares onde cada soldado estava e ali lhes fazia o pagamento; estes lutavam pelo seu salário, era preciso dinheiro, basta lembrar os Cruzados ingleses e flamengos na conquista de Lisboa, em 1147, em que Afonso Henriques só conseguiu os seus serviços em troca do espólio material que eles exigiram e que viessem a encontrar, pertencentes aos mouros.



Localização de Miranda do Douro (A) e Milmanda (B)

Se atendermos à vila de Milmanda, na região de Ourense e a distância curta da fronteira portuguesa, era muito mais vantajoso e estratégico o comando e o controle militar dos soldados portugueses, apoiados pelo povo castelhano, com caminhos mais planos de molde a chegar a qualquer vila ou cidade ocupada, na Corunha, Lugo, Ciudad Rodrigo ou mesmo Samora; alguns autores galegos referem-se a que D. Fernando se instalou em Milmanda, e cunhou ali moeda, basta ler alguma literatura numismática para confirmar o registo desta vila no historial das Casas da Moeda, castelhanas.

Encontramos outras versões com opiniões diferentes, que não são de menosprezar e que poderão responder com alguma verdade à cunhagem das moedas que D. Fernando mandou lavar como afirmação do seu poder, e o local onde elas foram cunhadas. Se falarmos de Corunha já ali existia uma Casa da Moeda, desde que se bateu a primeira peça de Afonso IX, e depois Fernando II, Alfonso X, Sancho IV, Fernando IV, Afonso XI e Pedro I, até então, fundada entre 1210 e 1230, o nosso rei ocupou-a para cunhar moeda com as iniciais **CR-V** e **CV**, só voltando esta Casa da Moeda a funcionar para os reis de Castela e para Henrique II após a saída dos portugueses com o acordo de Alcoutim; sabe-se que para se lavar moeda teria que existir um mínimo de condições técnicas e humanas, e em Corunha existiam, não se tratava de nenhuma oficina de emergência, os cunhos das moedas de D. Fernando apresentam-se com alguma perfeição, pelo que tinham que ser gravados em locais apropriados e por oficiais gravadores, e ainda hoje funciona a “Real Casa de la Moneda de la Corunha”; é caso para se perguntar se não terão sido nela que foram batidas todas as moedas cunhadas em

Castela? Teriam as pequenas localidades condições para cunharem moeda, mesmo que oficinas rudimentares?

D. Fernando entrou na Galiza em meados de Junho de 1369 e retirou em Janeiro de 1371, um ano e poucos meses foi a ocupação de Castela, reinado muito efêmero, e sempre pressionado pelas tropas castelhanas e os soldados Bretones como eram conhecidos os militares franceses de Henrique II, para criar oficinas e lançar moedas eram necessários alguns moedeiros, gravadores e outros preparativos para o efeito; cujos exemplares temos hoje dificuldades em os obter, reduzidos pelos exemplares que se conhecem, dizia José Leite de Vasconcelos (diminuta quantidade), em grande quantidade dizem outros. Mas perguntamos nós se justificaria a oficina de Miranda?

Diz a Crónica de Henrique II, que estando este em Toledo em Julho de 1369 e sabendo que D. Fernando tinha entrado na Galiza, dirigiu-se logo a Zamora para pelejar e de seguida entrou em Bragança e em Miranda, ocupando os seus castelos, D. Fernando deve ter permanecido muito pouco tempo em Castela, logo que soube da reacção das tropas castelhanas, deixou as suas Companhias militares entregues a Álvaro Pires de Castro com o cuidado de dirigir a retirada das localidades ocupadas afim de salvar a vida dos portugueses que estavam integrados nelas.

Num artigo escrito por Manoel Joaquim de Campos nos princípios do séc. XX, sobre a existência de um Tornês de busto, raro que foi encontrado e cunhado nas oficinas do Porto comparando com os que tinham sido cunhados na Corunha, de tão pouco peso, que punha em questão se *estes não teriam sido obra de moedeiros que marchavam na retaguarda da soldadesca, talvez já militarizada*.

Uma outra explicação que se levantou é a de que, as moedas usadas para custear a guerra com Castela, poderem ter sido cunhadas em Portugal, Lisboa ou Porto e levadas para as localidades castelhanas, como colocou em dúvida José Ferreira Braga, arqueólogo e grande coleccionador de moedas portuguesas, autor de muitos trabalhos numismáticos, falecido em 1924, que ao fazer um estudo sobre uma moeda inédita de D. Fernando, cunhada na Corunha com **CR-V** escrevia.....”com isto demonstra-se ter sido esta moeda cunhada *na Corunha ou para a Corunha*, como outras que este rei na sua passagem para Castela ordenou que se cunhassem em Çamora e Tuy , Milmanda etc, todas de mui baixa lei e alto valor nominal”.

Quanto ao facto de D. Fernando poder ter instalado a sua corte na Corunha, outra versão galega que lemos, pelo que se sabe ao ser atacado pelo exército de Henrique II, retirou-se precipitadamente por via marítima, numa galé para o Porto, como já referimos entregou a retirada a Álvaro Pires de Castro, ora, se estivesse posicionado com a sua corte em Miranda, seria possível fazê-lo? Milmanda para a retirada era muito mais seguro porque se localizava na fronteira com o Rio Minho, Corunha por estar mais perto da costa marítima, justifica a brevidade e precipitação da fuga logo que teve conhecimento de que Henrique II, tinha enviado tropas para a Galiza, ocupado Zamora e entrado em Portugal por Outeiro de Miranda e Bragança, isto deu-se ainda em Julho 1369 (Crónica de Henrique II).

Muitas são as dúvidas que sempre se colocaram sobre as moedas com letra monetária **M** gótico, e pergunta-se? Afinal onde teriam sido batidas todas estas moedas? Na Casa

da Moeda de Miranda do Douro ou na de Milmanda? Em Portugal, no Porto ou em Lisboa? Na Corunha? Na retaguarda do exército por moedeiros? Nos trabalhos que encontrámos em castelhano insistem em afirmar que foi na Casa da Moeda de Milmanda, localidade que deveria ter alguma importância, tanto que no Tratado de Alcoutim em 1371, no compromisso que o rei D. Fernando assinou, estava incluída no contrato de casamento com a filha de Henrique II, o que não aconteceu porque o rei veio a casar com Leonor Teles de Menezes, outras terras estavam no dote como, Alariz e Monterrey, Ciudad Rodrigo, etc., que tiveram que ser restituídas, assim como Henrique II devolveu Bragança e Outeiro de Miranda (Castelo).

Outro reparo que se faz sobre o estudo às desvairadas moedas do rei D. Fernando, como dizia o povo, o facto de que D. João I já as ter recolhido para refundi-las nos reais que veio a cunhar quando ainda Regente e Defensor do Reino, já tinham passado quase 50 anos para a época em que Fernão Lopes escreveu sobre elas, já não circulavam, e por conseguinte é de aceitar erros de pormenor que já vimos referenciados e apontados por José Leite de Vasconcelos.

Fernão Lopes, posteriormente Manoel Severim de Faria, e mais tarde Teixeira de Aragão, com base no primeiro incluíram nos seus trabalhos a cunhagem das moedas que D. Fernando mandou lavrar com o nome de Barbudas ou Celadas (elmos com viseiras caídas enfiados na cabeça dos soldados), os Graves (lanças com pendões) e os Pilartes pagens que traziam consigo as Celadas e ainda Tornêses a que chamaram petites (pequenos em francês); ***“querendo deixar estes nomes e insígnias nas moedas desta sua empresa em memória aos soldados franceses”*** que serviam e lutavam ao lado das tropas de Henrique, o Nobre, por ser a primeira vez que o Rei viu estes apetrechos militares. Um ano e pouco meses durou a guerra, tempo que julgamos insuficiente para montar oficinas de cunhagem, recordemos que para lavrar moedas era preciso ter a prata, o cobre, os desenhos, gravações, cunhos, cadinhos, forjas, laminadores, balanças, discos, operários para bater moeda etc. Como foi possível lavrar moeda com esta precisão e eficiência, fora do território português e acossado pelas tropas castelhanas? Nada fácil.

Para findar este rol de interrogações sobre este tema, vamos deixar aqui a transcrição de parte do Capítulo 34.º, da acta das Cortes de Lisboa de finais de Julho de 1371, sobre a desmonetização da moeda e das localidades em que tinham sido cunhadas fora do território português e que passariam a deixar de correr. O documento só se refere à recolha da moeda cunhada em Çamora, Corunha e Tuy, ignora Miranda ou Milmanda e Valência de Alcântara, terá sido por esquecimento, ou por não ter sido emitida moeda em quantidade que merecesse referência?

Capitulo 34.º Que os Almoxarifes e Cambhadores rrecebam a todo o tempo a moeda feita em Çamora, Crunha e Tuy, que se mandou depois recolher, e paguem a que tem recebida.

Ao que dizem aos trymta e quatro artyguos, que a moeda que mandaamos que sse fizesse em Çamora, e em na Corunha, e em Tuy que vallesse por todo o nosso Senhorio, e que depois que a terra foy de la mandaamos que nom valesse, e aquelles que a tynham, que a dessem aos nossos Cambhadores ataa certo termho e sse esses Cambhadores nom ouvessem dynheiros, que os nossos Almoxarifes a rrecedessem e paguassem a sseus donos, e porque a moeda dos dytos Luguares era muyta, e os Cambhadores, e os Almoxarifes nom tiverem tamtos dynheiros per que o paguassem que os demaais do Poboo por nom perderem em ello,

Depois de termos colocado e referenciado todas as dúvidas e opiniões que persistiram ao longo de anos por muitos numismáticos, reafirmamos o que escrevemos no início; para nós a cunhagem destas moedas com um **M** gótico, se foi efectuada em Castela só pode ter sido em Milmanda e não em Miranda do Douro.

Terminamos com algumas referências que o prestigiado arqueólogo numismático José Leite de Vasconcelos, apresentou no seu último trabalho sobre este assunto, em “O Archeólogo Português”, com o título:

Se há moedas de Miranda do Douro.

Entre um trabalho de 3 páginas, separamos alguns apontamentos elucidativos, começando por justificar que.....o nome de Miranda a que alguns coleccionadores atribuem às moedas cunhadas com as letras **M** e **M -I**, em vez de Milmanda foi por erro dos copistas que transcreveram do original da Crónica do Rei D. Fernando que se encontra na Biblioteca da Ajuda e, refere que haviam outras terras com aquelas iniciais **M** e **M -I** em Castela, implicitamente poderia dizer que existiam outras Mirandas situadas na Galiza “e no resto de Castela, só nas zonas ocupadas pelas tropas portuguesas, encontramos Miranda em Cangas (Pontevedra), Miranda em La Cañiza (Pontevedra), Miranda em Castro Verde (Lugo), Miranda em Gondomar (Pontevedra), Miranda em Parada Del Sil (Orense), algumas eram da época medieval, outras fora das províncias galegas, mais afastadas por onde não andaram os nossos soldados, isto deu origem a que os coleccionadores, adeptos da teoria de que o **M** gótico nas Barbudas, Torneses, Pilartes e Graves, as atribuem à cidade portuguesa - No Cap. XXVIII da Crónica, de Fernão Lopes, na carta que o rei escreveu a Samora - lê-se....”Ele mandou fazer moeda de seus signaes, d’ouro e prata , e graves e barbudas, **em alguns lugares que sua voz tomaram** , assim como em Samora e na Corunha e em Tuy em Valença e Miranda, e pose em ellas seus tesoureiros e officiaes , etc.“ se D. Fernando se afirmara nos direitos de soberania que tinha à coroa de Castela como autoridade real? Para quê Fernão Lopes, referir Miranda se ela fazia parte da coroa portuguesa? Leite de Vasconcelos aponta este erro e outros na transcrição do original para a cópia da Crónica que está ao nosso alcance e aponta-os, para se apoiar na correcção que fez ao seu primeiro trabalho, bem como Valença dizendo que se trata-se de Valência que é a de Alcântara, lembremos que Ferraro Vaz, confirma-o no seu Catálogo, tudo isto que é referido por Leite de Vasconcelos seguindo-lhe o mesmo pensamento.

Ainda sobre Miranda e Milmanda diz ainda J.L.V. afirmando com toda a convicção do que estava a escrever “.....logo, dizia ele, não é Miranda do Douro“.....“ No que fica dito conclui-se que nos livros de Numismática portuguesa não hão de tornar a dizer que D.

Fernando cunhou moedas em Miranda do Douro e que numa futura edição da Crónica de D. Fernando I se há de emendar Miranda em Milmanda (1).

Posteriormente, a este trabalho que foi publicado no Diário de Notícias de 17 de Outubro de 1916, recebeu uma carta de um colega que lhe dava conhecimento daquilo que ele próprio tinha afirmado sobre a Crónica do Rei D. Fernando, que se encontrava na Biblioteca da Ajuda.

(1) *tendo-a lido, informa-me o prestimoso publicista Dr. Jordão de Freitas que um exemplar manuscrito da Crónica de D. Fernando existente na Biblioteca da Ajuda (cod. 49 ,XI, 40) se lê à margem do Cap. 28 fl. 229 o seguinte em letra antiga “Milmanda parece q auia de dizer”. Não me admiro se alguém fez o reparo que eu também fiz; de admitir seria que ninguém o fizesse.*

Moedas com letra monetária M apresentadas nos Catálogos de Alberto Gomes - Edição 2003 e Ferraro Vaz - Edição 1969/1970

Alberto Gomes, no seu catálogo, edição 2003 referencia quinze peças cunhadas em **Miranda** com as letras **M** e **M -I**, assim: três tipos de Graves, um tipo de ½ Barbuda, uma Barbuda, um ½ Tornês com castelo e letra **M**, outra com Castelo e letra **M -I**; uma ½ Barbuda com escudo clássico; um tipo de ½ Tornês de escudo e cruz, dois grupos de Torneses de Cruz e para finalizar, 4 tipos de Pilartes coroados



Em Ferraro Vaz, curiosamente encontramos, um meio Tornês atípico com a letra **M** de Milmanda e outro ½ Tornês de Samora com a letra **Ç**, muito idênticos diferenciados por um sinal oculto e a letra monetária.

Ferraro Vaz no Catálogo editado em 1969/1970, com referência a **Milmanda** apresenta dois Torneses de cruz, quatro tipos de meios Torneses, uma Barbuda, um Grave e dois Pilartes coroados.

Exigências elementares resumidas para que se possa cunhar moeda



Imaginemos um local onde pode ter sido cunhada moeda de necessidade ou de emergência, ou mesmo oficialmente dentro da Casas da Moeda fixas, estas com a vantagem de terem melhores condições e toda a ferramenta e utensílios necessários, estar bem organizada e tudo nos seus lugares numa rotina industrial constante e consequente.

Segundo lemos em documentos galegos, Henrique II de Castela pretendeu cunhar moeda para pagar aos seus soldados estrangeiros (franceses, bretones), porquanto D. Fernando estava cunhando moeda na Corunha, a única hipótese que teve, estando ele em Santiago de Compostela, e não se constando haver ali Casa da Moeda, julga-se ter tido o apoio eclesiástico e consta-se que fez no castelo o lavramento da moeda de necessidade, muito rara, tendo-lhe dado o nome de Cruzado Enriqueño.



Normalmente não se respeitavam decretos para se cunhar ou bater moeda de necessidade ou de emergência, não à normas que tenham que ser cumpridas nem ter que se convocar Cortes para terem o apoio do Povo e das restantes classes o Clero e a Nobreza, foi assim que aconteceu com D. Fernando para mandar lavar moeda em Castela, quando a invadiu em 1369, e não no cumprimento das ordenações que estavam impostas no reino

Para que se cunhe moedas nestas circunstâncias o que será necessário fazer e quais os caminhos a seguir?

Primeiro há que saber que valores vão ter as moedas a lavar, para isso contam os metais que nela vão entrar, os preciosos, ouro e prata, e depois (normalmente o cobre) que lhe dá consistência e maleabilidade. O diâmetro e o peso de cada disco, flan, ou cospel, vai também interferir no valor da moeda que se pretende bater. Saber qual é o custo do metal, em Libra ou Marco, na idade média usou-se mais o Marco de Colónia de 8 onças, que pesava 229,5 gr. correspondente a 4608 grãos, pesando o grão 0,0498 gr. (+-) a vigéssima parte da grama.

Exemplo: o Marco de prata custava à época 2028 réis, tinha cunhar 54 moedas, ora o valor intrínseco da moeda seriam, $37,555 = 38$ réis valor do custo ao erário real.

Quanto ao peso da moeda, teremos assim: Um marco pesa 229,5gr. dividindo por 54, obtemos o peso de cada uma de 4, 25gr.

Com base nos valores dos metais, estipulava-se a quantidade de moeda que cabia em cada Marco (Talha / Marco) moedas com maior peso, correspondia a menos moedas, ou com diâmetro maior, razão porque moedas menores se faziam mais peças, o metal de custo mais elevado, exemplo a prata quanto menos entrasse na liga juntamente com o cobre, mais reduzido era o custo intrínseco da moeda e por conseguinte mais valores entravam para o erário do reino, esse excesso recolhido chamava-se SENHORIAGEM, D. Fernando fez isso em Castela.

Estabeleciam-se os pesos dos metais para a liga que iria originar as moedas, os seus valores nominais ou intrínsecos em que deviam circular, preparavam-se as forjas os fornos para aquecimento, os cadinhos recebiam os metais nas quantidades já estabelecidas, depois de atingirem a fusão preparavam-se as chapas que se aplanavam na laminagem o melhor que era possível, consoante os utensílios e as ferramentas usadas na época em que eram necessárias e nas dimensões cuja utilização fossem acessíveis, existiam decerto duas ferramentas indispensáveis ao corte dos discos, a tesoura ou os punções vazados que cortavam ou recortavam as peças nos tamanhos de molde a receber a pancada do martelo nos troqueis, cunhos superiores os discos umas vezes circunferenciais, outras vezes rectangulares ou ovais, como observamos nalgumas moedas, por vezes estes discos não eram cortados ou vazados com regularidade e acontecia que os cunhos que tinham sido gravados eram de diâmetro superior que deixavam parte das legendas ilegíveis, nos portugueses foi assim, mas 2000 mil anos antes, os gregos foram mestres, e senhores, os maiores, na cunhagem das suas moedas, tanto no desenho artístico como nos restantes símbolos das moedas, é vê-las para comparar.

Antes que a moeda seja batida era necessários outras metas a cumprir, tinham que existir o cepo ou a bigorna que recebia o cunho inferior ou pila que cunhava o reverso, fixado de modo a aguentar centenas de pancadas que recebiam dos operários num ritmo constante, normalmente estes operários eram escolhidos entre os pedreiros e os ferreiros, por serem aqueles que melhor manejavam o martelo. Esquecia-mos de falar na balança indispensável ao calibre de cada peça.

Após a preparação e a ordenação dos afazeres de cada operário responsável pela sua missão, já com os discos (cospel) preparados e o cunho superior (troquel), e o martelo na mão do batedor, sentado num banco à altura do cepo, procedia-se ao aquecimento dos discos a uma temperatura elevada de molde a que ao receber a pancada ficasse nele toda a gravação inserida nos cunhos.

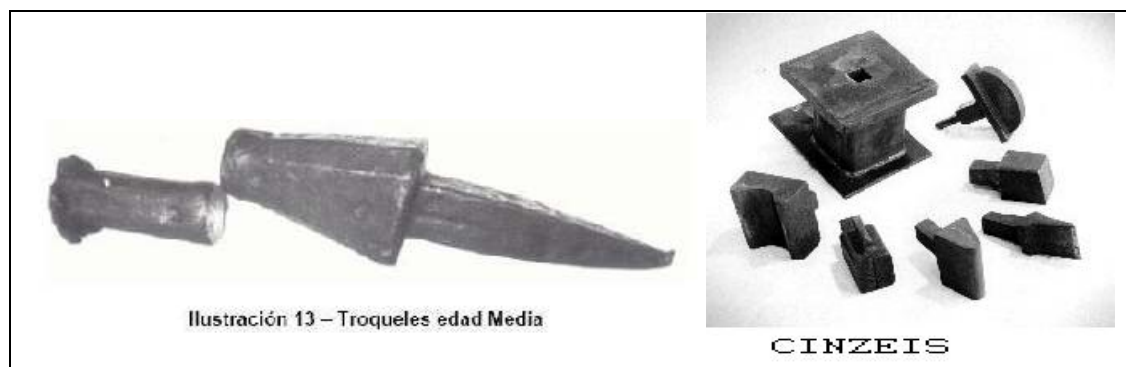
Como os últimos são os primeiros, guardamos para o fim a parte artística, o mais importante da moeda, aquela que vai ser a imagem de milhões de moedas que vão correr e ser usadas por outros tantos milhares de pessoas.

Há que estabelecer o desenho e os símbolos que se pretende transmitir que individualize o Rei, a Nação ou o fim a que se destina, primeiro o Oficial, artista (gravador) cinzela, gravando nos cunhos, superiores e inferiores, os desenhos e as características mais importantes, depois entrega aos aprendizes ou auxiliares de gravação que cinzelem os restantes símbolos, ou as legendas, quase sempre cunhos individuais, normalmente para os reversos onde a beleza da moeda era menos exigente, lembrar que os cunhos tinham que ser incusos para a moeda ter relevo.

Com D. Fernando I aparecem as primeiras letras monetárias nas moedas portuguesas em que se estabeleceu um princípio a exemplo do que já existia em Castela, a de respeitar a inserção na moeda, a inicial que identificasse o local da Casa da Moeda onde era cunhada, a exemplo do país vizinho onde rigorosamente era respeitada essa imposição real.



Algumas ferramentas e utensílios que eram usados na cunhagem de moeda



Cunhos e Cinzeis



Cavaleiro séc. XIV com elmo “barbuda”



Cunhos romanos